

Apresentação

capítulos de história do trabalho e dos trabalhadores no Nordeste e o NDH-CH/UEPB

Tiago Bernardon de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, TB., org. Apresentação: capítulos de história do trabalho e dos trabalhadores no Nordeste e o NDH-CH/UEPB. In: *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 7-22. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação: capítulos de história do trabalho e dos trabalhadores no Nordeste e o NDH-CH/UEPB

*Para Marisa Tayra,
com amor, carinho e gratidão.*

Tiago Bernardon de Oliveira

A história social do trabalho se constituiu como um dos campos mais consolidados da historiografia brasileira, com fortes repercussões internacionais. Desde o final da década de 1970, a história do trabalho e dos trabalhadores passou a ser uma das principais questões a serem tratadas por historiadores do Brasil, especialmente em meio à efervescência política e social do ocaso da ditadura e às expectativas em torno das possibilidades de ‘redemocratizar’ do país. Naquele contexto e nas décadas seguintes, historiadores, assim como outros cientistas sociais, de um modo ou de outro, buscavam contribuir com os debates relacionados a impasses e a dilemas de ação e organização que os trabalhadores encontravam naquele presente, com vistas à construção de um futuro novo, autônomo em relação às outras classes sociais.

Tal qual em outras partes do mundo, essas questões emergiram na academia brasileira a partir das inquietações próprias da militância dos trabalhadores em seus movimentos organizados. Os próprios militantes, em decorrência das necessidades de compreender os rumos e as perspectivas possíveis de ação, foram os primeiros a fazer apanhados das trajetórias de suas associações e das determinações das classes, em luta em alguma escala espacial,

fosse local, regional, nacional ou internacional¹. Primeiramente, foi por meio das Ciências Sociais, notadamente da Sociologia², que o trabalho e os trabalhadores passaram a ser tema de interesse acadêmico.

Muitas das interpretações fornecidas por esses pioneiros, com certa tendência a produzir pretensas sínteses generalizantes, só puderam ser complexificadas, ou mesmo contestadas, através de análises que levassem em conta a dinâmica histórica fundamentada em mananciais empíricos substanciais e arcabouços teóricos renovados, cujos conceitos e categorias fornecessem elementos que priorizassem a dinâmica histórica, e não, retratos estáticos de realidades que, por serem formuladas como estanques, nunca existiram³.

Assim, os primeiros estudos sobre a história do trabalho no Brasil trataram de abordar, prioritariamente, as questões relativas às experiências sindicais de trabalhadores urbanos, sobretudo dos primeiros anos da Primeira República. Contudo, com o aprofundamento das pesquisas e das questões que as orientavam novos objetos vieram à tona, o que alargou a compreensão da realidade da classe trabalhadora para âmbitos mais amplos do que a da militância, como as relações sociais cotidianas, onde se processam, de fato, as formas, silenciosas ou explícitas, de dominação e de

-
- 1 Cf. HOBBSAWM, Eric J. História operária e ideologia. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: 3.ed., Paz e Terra, 2000, p.15-31.
 - 2 Sobre um panorama da trajetória, tendências e desafios da historiografia brasileira, ver: BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 5. ed., Contexto, 2003, p. 145-158; FORTES, Alexandre e FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-28.
 - 3 O inglês E. P. Thompson foi o grande referencial teórico adotado por essa historiografia, principalmente a partir da tradução, no Brasil, de **A formação da classe operária inglesa**, editada em três volumes pela editora Paz e Terra em 1987. Da vasta bibliografia traduzida para o português sobre o enfrentamento, que o marxista Thompson travava com perspectivas que considerava a-históricas e anti-históricas, na própria tradição marxista, destaca-se **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser (Rio de Janeiro: Zahar, 1981). Sobre seu impacto na historiografia brasileira, recomenda-se MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Outubro**, v.14, n.6, p. 81-110, 2006.

resistência, ou as interfaces da exploração da força de trabalho permeadas ou ampliadas por múltiplas formas de opressão sobre gênero, raça, nacionalidade, sexualidade, faixa etária etc.

Concomitantemente, desenvolveram-se novos objetos, novas temporalidades e relações que viriam a confrontar e superar dicotomias estabelecidas que, embora permaneçam sendo importantes referenciais analíticos, poderiam obstruir a percepção de interações substanciais. Assim, a historiografia vem desenvolvendo análises que questionam cortes profundos, como Primeira República X pós-1930; pré-abolição X trabalho no período republicano; trabalho livre X trabalho compulsório; trabalho urbano X trabalho rural; imigrantes X nacionais; revolucionários X reformistas.

Mitos, preconceitos e concepções cristalizadas por correlações de forças políticas produzidas no processo histórico e que incidiram no próprio fazer historiográfico puderam ser desfeitos, através do redimensionamento da percepção das múltiplas resistências dos trabalhadores, distantes, muitas vezes, dos atributos idealizados por observadores acadêmicos⁴.

Não obstante certas perspectivas teóricas terem se erigido de modo a negar a centralidade do trabalho na totalidade das relações sociais em sociedades de classes, outras insistem em recusar essa negativa, considerando impossível qualquer tentativa de compreender a realidade histórica sem levar em conta a dimensão do trabalho. E isso os autores desta obra coletiva, constituída, também, por referências e perspectivas heterogêneas, têm em comum.

Essa ‘unidade na diversidade’ esteve presente nas discussões travadas durante o *I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB*, realizado entre 12 e 14 de agosto de 2013, no Centro de Humanidades, Campus III, da Universidade Estadual

4 Críticas gerais feitas a mitos presentes na historiografia podem ser conferidos em: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Coleção Remate e Males*, n. 5, 1985; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, p. 13-46, 2009.

da Paraíba, localizado no município de Guarabira⁵. Durante esses dias, cerca de 300 estudantes e professores dos cursos de Licenciatura em História, Geografia, Pedagogia, Letras e Direito debateram perspectivas de análise histórica sobre o trabalho e os trabalhadores do Nordeste com painelistas vindos da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, que se dirigiram ao Brejo paraibano com recursos praticamente inexistentes e desprendida generosidade, baseada no compromisso de fazer expandir o conhecimento histórico como forma de ação política. Tratou-se de um evento resultante de diversas colaborações e trocas de experiências estabelecidas anteriormente entre a maioria dos participantes, relacionadas também às tentativas comuns de salvamento e manutenção de acervos que permitissem a escrita de uma história social do trabalho.

Neste sentido, o Ciclo de Debates foi motivado por questões relativas ao difícil – e ainda longe de ser concluído – processo de estruturação do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB), cujo início remonta a meados de 2010, quando começaram as negociações que resultaram em um convênio firmado entre a UEPB e o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), em agosto de 2011. O objetivo desse acordo era encaminhar uma solução – ainda que paliativa – às ordens de descarte dos autos findos arquivados por mais de cinco anos pelas instâncias superiores daquele tribunal, que possuíam (e ainda possuem) amparo na Lei 7.627 de 10 de novembro de 1987.

As tratativas para a remoção dos autos findos das Juntas de Conciliação e Justiça de Guarabira, Sousa e Areia para a limitada estrutura do Centro de Humanidades da UEPB resultaram na doação desses processos judiciais à UEPB pelo TRT-13, sob a contrapartida de viabilizar sua consulta pública, principalmente voltada para fins didáticos. Essa proposição inspirou-se diretamente em modelos desenvolvidos em todo o território brasileiro, a partir do convênio pioneiro estabelecido em 2004 entre a

5 A programação desse evento encontra-se no final desta obra.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o TRT-6, sob coordenação, à época, das Professoras Christine Dabat e Maria do Socorro Abreu e Lima, ambas participantes deste livro e do evento que lhe deu origem. Seguindo esta mesma linha, mais recentemente, em 2014, a UFAL e o TRT-19 também passaram a realizar uma aproximação, através de um projeto de pesquisa coordenado pelo Professor Osvaldo Acioly Maciel – outro autor de um capítulo deste livro –, que trata de avaliar as possibilidades de pesquisa a partir do acervo do Memorial Pontes de Miranda.

Durante o último decênio, historiadores de vários horizontes teóricos e geográficos empenharam-se em aproveitar as possibilidades de pesquisa nos arquivos da Justiça do Trabalho na medida em que se tornavam acessíveis. Antes inacessível ou desconsiderada como fonte de investigação por ser percebida, grosso modo, como um aparelho de dominação que pouco poderia falar sobre os trabalhadores que a procuravam, a Justiça do Trabalho passou a ser compreendida, a partir de análises revigoradas pelos aportes teóricos de Thompson, como uma das arenas de luta de classes, onde as contendas judiciais são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras do redimensionamento dos conflitos de classe⁶.

Além disso, essas fontes permitem acompanhar, entre inúmeras possibilidades, concepções de justiça desenvolvidas e disseminadas pelas classes populares; formas de exploração praticadas dentro e à margem da regulamentação da lei; estratégias de enfrentamento e resistências forjadas contra o capital etc. De outra parte, os processos movidos na Justiça do Trabalho também podem servir de subsídio para outros objetos, tais como: a história do Direito e das instituições e dos poderes constitutivos do Estado no Brasil republicano; as dinâmicas de funcionamento da Justiça do Trabalho e seus posicionamentos em diferentes contextos

6 Dentre a ampla bibliografia que vem sendo produzida a partir dos acervos dos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o Brasil, destacam-se: CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964). São Paulo: LTR, 2011; SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. Outras obras que se valem dessas fontes serão referenciadas ao longo dos diversos capítulos que compõem este livro.

históricos; o estudo de posicionamentos e decisões de determinados magistrados; e análises comparativas entre diferentes estados da Federação. Essas e muitas outras questões ainda não vislumbradas podem ser pensadas por historiadores de um futuro próximo ou remoto. Embora ainda pouco exploradas, pode-se afirmar que as possibilidades de análise a partir dessas fontes são imensas.

Como em outras partes do país, em Guarabira, começou-se a efetuar a transferência de um acervo em condições de conservação ainda muito aquém do adequado⁷. Porém, ou se fazia imediatamente o resgate dessa documentação, mesmo em condições precárias, ou, como foi dito, esses processos teriam se perdido para sempre, enviados como doação a instituições filantrópicas como papel a serem reciclados. A principal razão para tentar justificar a adoção de práticas de descarte remete à falta de espaço nas estruturas físicas dos Tribunais Regionais. Porém, se quem produziu esses autos afirma não poder mantê-los, o que dirão as universidades que se prontificaram a acondicioná-los, cujas insuficiências físicas são gritantes para suas funções mais elementares? Apesar disso, esses convênios, que, na maior parte das vezes, são feitos na modalidade de comodatos, têm sido o paliativo a evitar sua destruição com resultados bastante frutíferos⁸.

Sublinha-se, aqui, o uso do termo “paliativo”, pois propõe-se a convencer o próprio Poder Judiciário de que devem ser de sua responsabilidade a guarda permanente e a disponibilização à consulta pública desse tipo de acervo em conformidade com as normas constitucionais do Estado em matéria de conservação

7 Narrativas mais detalhadas da trajetória de estruturação do NDH-CH/UEPB, em que se remete também a outras experiências pioneiras no país que a inspiraram, podem ser conferidas em: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A estruturação de um arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo paraibano na perspectiva de uma história geral do trabalho In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos - Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 105-135; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, p. 139-157.

8 Dos diversos exemplos proliferados pelo país, três se destacam: o já referido convênio pioneiro entre a UFPE e o TRT-6; o Laboratório de História Social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UNESB), cujos esforços hercúleos foram nacionalmente reconhecidos, e o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

da documentação que produz. O que se deveria esperar, na realidade, seria a reversão da Lei 7.627/1987 e a adoção de práticas permanentes, como as que vêm sendo adotadas no Pará (TRT-8) e no Rio Grande do Sul (TRT-4), onde, por decisões políticas internas, suspendeu-se por completo a eliminação dos autos findos e arquivados e constituíram-se condições de preservação permanentes. A luta por manter esses acervos intactos contra a possibilidade de descarte parcial ou total ganhou reforço a partir da atribuição do Selo Memória do Mundo, conferido pela UNESCO, aos acervos do TRT-6 e do TRT-4, respectivamente nos anos de 2012 e 2013. Porém, a situação ainda é instável e depende mais da boa vontade dos gestores de turno e de alguns magistrados e funcionários dos Tribunais Regionais do que de uma política pública efetiva.

Nesse processo de resgate do que ainda não foi destruído, os envolvidos no NDH-CH/UEPB, por exemplo, desde 2010, abriram mão de uma série de atividades mais interessantes e usuais para um historiador e passaram a maior parte do tempo em contendas sobre espaço físico, infraestrutura, projetos para financiamento, relatórios e muita burocracia. Esse esforço, porém, tem suas razões de ser e reside, substancialmente, na disposição de se efetuarem combates pela história. Há muito ainda a ser feito, em termos de investigação histórica e produção de sentidos de historicidades.

Na contraface de silenciamentos e narrativas laudatórias a personagens da política tradicional, as ruas e estradas das regiões do Brejo e Agreste da Paraíba, onde se localiza o município de Guarabira, vertem o sangue dos conflitos de classe ao longo de séculos. Entre as intensas e diferentes formas de repressão, forjaram-se resistências, explícitas ou silenciosas, de trabalhadores escravizados e livres, a Revolta de Quebra-quilos, as Ligas Camponesas, o Sindicalismo Rural, o Sindicalismo Fabril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Serviço de Educação Popular (SEDUP), movimentos por moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e tantas outras manifestações de ação coletiva dos trabalhadores que emergiram desse solo, por onde militaram trabalhadores reconhecidos nacionalmente, como João Pedro e Elizabeth

Teixeira, João Alfredo, “Nego Fuba” Dias, Pedro “Fazendeiro” Inácio de Araújo e Margarida Maria Alves.

Contudo, apesar da intensidade desses conflitos, faltam estudos históricos que abarquem esses movimentos e permitam compreendê-los como integrantes de processos mais amplos do que encerrados em si mesmos ou em perspectiva meramente local ou regional – paraibana ou nordestina⁹. É preciso fazer avançarem estudos em casos como esses aqui investigados e suas interações ou comparações com os de outros espaços ou mesmo temporalidades, a fim de se conhecerem as raízes de um Brasil profundo que, muitas vezes, permanece relegado como distante dos grandes “centros definidores de sentido” e sobre o qual recai toda sorte de preconceitos.

A história da classe trabalhadora brasileira precisa, portanto, levar em conta processos como os que envolveram essa região, que ainda estão por ser analisados. Nesse sentido, este livro tem a preocupação de fornecer elementos de estímulo à pesquisa por parte de estudantes de graduação dos cursos de História da região, a partir de uma série de estudos que se detiveram sobre casos na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas e que têm vários matizes de interlocução. Afinal, a história pode e deve ser um importante instrumento de empoderamento por parte daqueles que vivem em seu cotidiano a dor da exploração e da opressão. Caberão a esses profissionais de História em formação as escolhas por fazer emergir uma história que dê conta dos processos dos quais são integrantes e que lhes permita dialogar com suas comunidades, dentro e fora dos espaços formais de ensino, sua historicidade e os debates políticos sobre possíveis projetos autônomos de futuro.

Assim, devido à necessária tendência de se compreender a história social do trabalho do Brasil como uma forma mais ampla de relação e exploração não reduzida apenas ao trabalho assalariado ou ao período republicano, o primeiro capítulo, escrito,

9 Sobre a necessidade de se efetuarem análises que superem os recortes espaciais centrados em fronteiras políticas que dificultam a percepção de processos mais amplos da história da classe trabalhadora, a principal referência da discussão no Brasil permanece sendo PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira*. **Anos 90**, n. 3, p.129-153, maio,1995.

em conjunto, por Solange Pereira da Rocha e Matheus Silveira Guimarães, traça um breve panorama geral sobre a escravidão indígena e a africana nos princípios da colonização do território que viria a se tornar o Brasil, conferindo especial atenção a aspectos da exploração do trabalho cativo na Parahyba dos séculos XVI e XVII.

A seguir, o texto de Cristiano Luís Christillino desempenha função semelhante, ao tratar de um agente histórico esquecido por muito tempo pela historiografia brasileira, o homem livre pobre do oitocentos, ou seja, dos pobres e livres que viviam de seu trabalho em uma sociedade estruturalmente escravocrata. Na primeira parte de seu artigo, o autor aborda o caso dos produtores de erva-mate no Rio Grande do Sul, objeto de suas pesquisas anteriores. A partir dessa análise mais verticalizada, passa a indicar acervos e documentos que podem servir como fontes de pesquisas sobre o tema dos homens livres e pobres no Nordeste, especialmente na Paraíba, a fim de instigar os historiadores em processo de formação – especialmente, estudantes de graduação – a se debruçarem no estudo desse importante, porém nem sempre lembrado, agente histórico.

Após esses dois primeiros capítulos, inicia-se, então, a exposição de análises e sugestões de perspectivas de pesquisas referentes ao período republicano, demarcado sob diferentes temporalidades, temas e referenciais teóricos e metodológicos.

Fruto de pesquisas bastante consistentes sobre as associações de mútuo socorro, cujas primeiras experiências remontam ainda ao Século XIX, Osvaldo Acioly Maciel faz uma análise minuciosa do caso de Alagoas, sobre o qual discute o processo de bifurcação/ruptura do mutualismo para o sindicalismo. Entre outros elementos, o autor discute que teria havido neste processo um forte componente de conflitos geracionais nos enfrentamentos que suscitaram críticas e, em parte, esgotamento do assistencialismo para a constituição de táticas e estratégias de combate político explícito ao capitalismo através da luta sindical.

No capítulo escrito por Frederico Duarte Bartz, são abordados os conflitos e as rivalidades entre grupos e indivíduos militantes

no Recife da virada da década de 1910, quando as perspectivas revolucionárias, impulsionadas fortemente pelo sucesso da Revolução Russa e sua expansão rumo ao Ocidente, confrontaram-se com as concepções reformistas.

Enquanto os debates acerca de correntes políticas do movimento operário urbano foram as preocupações centrais dos dois últimos capítulos, Waldeci Ferreira Chagas enfatiza os aspectos de uma resistência cotidiana nem sempre explícita, porém silenciosa, relacionada às formas de sociabilidade dos trabalhadores ocorridas em meio às transformações modernizantes e, ao mesmo tempo, conservadoras do traçado urbano do Brasil do início do Século XX. Os impactos dessas transformações sobre os setores populares, debatidos amplamente pela historiografia dedicada aos casos tomados por centrais no país, são analisados aqui a partir do caso particular da capital do estado da Paraíba.

Sob a perspectiva da disposição do traçado urbano Eltern Campina Vale também trata dos conflitos de classe no ambiente da cidade-fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, em fins da década de 1950. Sua abordagem tenta dar conta das formas de controle social definidas pelos proprietários da fábrica e, conseqüentemente, pelos gestores da própria cidade fundada para atender às demandas dessa unidade produtiva, e as formas de resistência e solidariedade dos trabalhadores, vigiados dentro e fora do ambiente fabril.

Da vigilância e controle social no chão da fábrica (e na cidade-fábrica), passa-se às formas de controle social e repressão política hipertrofiada perpetrada pelo Estado durante a ditadura inaugurada pelo golpe de 1964. Paulo Giovani Antonino Nunes, que, entre outras atividades acadêmicas, preside a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, dedicou seu texto à análise dos efeitos repressivos do golpe sobre os trabalhadores paraibanos do campo e da cidade, demonstrando o comprometimento explícito da ditadura militar com a conservação da sociedade de classes através do amplo uso de instrumentos de violência sem limites.

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva também trata da violência como instrumento de controle social para conservação da

sociedade de classes. Contudo, sua análise não recai sobre a violência manipulada pela repressão política aberta, mas sobre a violência intrínseca à exploração da força de trabalho no capitalismo, cujo auge se materializa nos acidentes de trabalho e nas doenças ocupacionais desenvolvidas nas atividades produtivas. A autora faz uma abordagem geral da questão, tratada por clássicos como Friedrich Engels, na Manchester da Revolução Industrial, que chama à atenção para os historiadores em formação sobre a necessidade de se efetuarem pesquisas históricas relacionadas ao tema no Brasil, a fim de observar o quanto as relações sociais de exploração de classes afetam o próprio corpo de quem não tem nada a vender no mercado para sobreviver a não ser a própria força de trabalho.

Com essas mesmas preocupações, José Marcelo Marques Ferreira Filho expôs uma consistente investigação sobre as doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho provenientes da exploração nas *plantations* canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco entre 1963 e 1973. Sua análise abarca, portanto, o período do chamado “milagre econômico” brasileiro, garantido através da repressão política que mantinha mecanismos de sobre-exploração da força de trabalho fundados em extenuantes jornadas e em degradantes condições de trabalho.

Partindo da questão do controle social do corpo do trabalhador submetido ao ritmo da produção capitalista, Mariângela de Vasconcelos Nunes confere sentido às formas de resistência dos trabalhadores da manufatura do agave na região dos Velhos Cariris, no sertão da Paraíba. Através de elementos fornecidos pela pesquisa baseada, substancialmente, em depoimentos orais, ela apura sua percepção sobre as táticas desenvolvidas pelos trabalhadores da região para que eles tivessem um mínimo de controle sobre seus horários, especialmente nas segundas e nas sextas-feiras. A autora demonstra que, apesar de se constituir uma relação assimétrica, em que, no final das contas, há um efetivo controle dos patrões sobre os trabalhadores, cujos corpos deveriam estar subsumidos aos ritmos e à divisão das tarefas de transformação do agave, os trabalhadores dos Velhos Cariris forjaram formas sociais

de resistência cotidiana que resultaram na imposição – velada – de negociações acerca da jornada de trabalho.

Maria do Socorro de Abreu e Lima, por sua vez, dedica-se a analisar o amplo uso da violência dos latifundiários e do Estado no combate às mobilizações e às ações coletivas dos trabalhadores rurais no Nordeste, em especial, em Pernambuco, entre a década de 1960 e fins da década de 1980. A autora procurou demonstrar que, apesar da intimidação constante e da falta, muitas vezes, de visibilidade para o conjunto da sociedade civil, os trabalhadores rurais conseguiram forjar formas de organização e de luta capazes de se contrapor aos ditames unilaterais de quem vive e acumula grandes quantidades de capital através da exploração da força de trabalho nos latifúndios monocultores. Nessa trajetória de combates, ela traz à tona, também, os conflitos sobre as concepções e as condutas no interior do sindicalismo rural pernambucano do período.

Em diálogo com essa abordagem, Marcela Heráclio Bezerra faz uma minuciosa análise acerca das lutas empreendidas pelos trabalhadores canavieiros do estado de Pernambuco, durante a década de 1980, em um contexto de efervescência política nacional em que se discutia sobre a viabilização de uma redemocratização efetiva. A autora traça um panorama geral das principais bandeiras de luta das greves dos trabalhadores rurais e os usos que faziam dos aparatos legais, suas redes de solidariedade e capacidade organizativa. Nesse capítulo, destacam-se as lutas e bandeiras que as mulheres trabalhadoras fizeram emergir, nos combates de classe, contra as formas de opressão a que eram submetidas pelo patronato ou pelos próprios companheiros.

Essas questões relacionadas aos modos de percepção da historiografia sobre os trabalhadores rurais como agentes históricos, a luta por direitos, as resistências políticas e cotidianas e a mediação do aparato jurídico nos conflitos de classe são abordadas no capítulo escrito por Christine Rufino Dabat, dedicado a fazer um balanço introdutório aos novos historiadores sobre o estado da arte das pesquisas nesse campo. Seu balanço traça linhagens entre as questões da historiografia internacional para apresentar os trabalhos acadêmicos realizados ao longo da última década,

especialmente por historiadores que formam o Grupo de Estudos “Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras – UFPE”, coordenado pela autora, em conjunto com Maria Socorro de Abreu e Lima.

Por fim (mas não por último), Francisco Fagundes de Paiva Neto analisa aspectos da trajetória biográfica do Monsenhor Luigi Pescarmona, sacerdote italiano que veio ao Brasil e, depois de ter sua vida ameaçada por seus envolvimento em defesa dos trabalhadores no interior de Minas Gerais, estabeleceu-se na Diocese de Guarabira, onde, junto com outros clérigos, enfrentou posições diversas no interior da própria Igreja, a fim conferir apoio às lutas sociais dos trabalhadores das regiões do Brejo e do Agreste da Paraíba. Esse capítulo traz aspectos fundamentais para serem discutidos pelos historiadores em formação do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da UEPB, porquanto trata da história da própria região e dialoga diretamente com a documentação do NDH-CH/UEPB, composta de autos findos da Justiça do Trabalho, acionada, frequentemente, naquele contexto, através de apoio organizativo da Diocese.

Esse é o quadro geral deste livro, que, conforme apresentado, traz um amplo leque de análises desenvolvidas sobre diversas questões relacionadas ao mundo do trabalho nesses três estados do Nordeste, cuja distribuição, porém, é bastante desigual. Espera-se que esta contribuição converta-se em mais um passo a mais no sentido de se congregarem esforços para novas empreitadas semelhantes e maiores amplitudes num futuro não muito distante.

Almeja-se, enfim, que este livro, pequena materialização de um esforço coletivo que continua a persistir, estimule novos desdobramentos, com novas pesquisas e debates com quem se dispõe a pensar e a fazer a própria história.

* * * * *

O I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB não poderia ter se realizado sem o apoio do Departamento de História e, principalmente, sem a participação decisiva dos

estudantes envolvidos na organização do acervo e da arquivista Katiane Vieira. É preciso, portanto, registrar um agradecimento especial a Amanda Milka Xavier Soares, Aline Pereira Santiago, Annyeli dos Santos Lima, Camila da Silva Nascimento, Daniel de Oliveira, Diognnys Cardoso Estevam, Emanuella Bezerra de Oliveira Araújo, Francielly Morgana Trindade Silva, Glaucenilda da Silva Grangeiro, Jacson Daniel da Silveira, Lidineide Vieira da Costa, Maria Marta da Silva Cruz, Mayandson Tomaz Oliveira, Raquel Rocha da Silva, Roseane de Lima Santos, Renata dos Santos Cavalcanti, Sabrina Rafael Bezerra, Sanúbia da Silva Bezerril, Velbiane Luzia da Silva Chaves, Viviane Camelo do Nascimento, Waléria Kássia Martins da Silva, Walquiria Cunha e Yvanna Kelly Farias de Oliveira. Seus esforços estão tornando possível a construção de um local de preservação de fontes para a história da própria região. Sigamos em frente!

* * * * *

Quando este livro já se encontrava em fase avançada de editoração, ocorreu o súbito e precoce falecimento de Marisa Tayra, professora do Departamento de História do Centro de Humanidades da UEPB. Muito mais do que uma colega, uma companheira de trabalho e de luta, era, sobretudo, uma grande amiga, de um coração extremamente generoso, conforme reconhecido por todos os que conviveram com ela. Marisa foi decisiva para o desenvolvimento do projeto de estruturação do NDH-CH/UEPB. Sua conduta profissional era coerente com a consciência que tinha da importância das intrínsecas atividades de pesquisa, ensino e extensão, que, apesar de todas as dificuldades, justificam a existência de um campus de uma universidade pública no interior da Paraíba. Embora não tivesse se dedicado a pesquisas diretamente relacionadas à história social do trabalho, por estar ocupada com as estafantes atividades de coordenação do Curso de Licenciatura em História e a área de Prática de Ensino, apostava que o desenvolvimento de pesquisas sobre aspectos da realidade local, mais ou menos relacionadas à centralidade do trabalho

e das relações de classe, teria potencial para impulsionar novas perspectivas de ensino de História na Educação Básica e formas de consciência histórica nas regiões do Brejo e do Agreste paraibanos, tanto nas esferas do ensino formal quanto do informal.

Por isso e muito mais, este livro é dedicado à sua memória. Uma pequena homenagem a quem fez tanto pelo Curso de História em Guarabira e pelos combates sociais através do Ensino de História.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.145-158.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, p.13-46, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p.17-28.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção Remate e Males**, n.5, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. História operária e ideologia. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.15-31.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Outubro**, v.14, n.6, p. 81-110, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A estruturação de um arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo paraibano na perspectiva de uma história geral do trabalho In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (orgs). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos - Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 105-135.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, p.139-157.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n.3, p.129-153, maio 1995.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.